Desenvolvimento Social

GABINETE DA SECRETÁRIA

Resolução SEDS nº 21, de 19 de abril de 2022

Altera a Resolução nº 24, de 16 de julho de 2021, que regulamenta a implantação de dos "Restaurantes Populares", e estabelece as suas normas reguladoras e regras de participação das Organizações da Sociedade Civil e das Prefeituras dos municípios onde as unidades serão instaladas, quando for o caso.

Artigo 1º - O art. 6º, da Resolução nº 24 de 16 de julho de 2021, fica acrescido dos seguintes parágrafos:

"Art.6º.....
§ 1º - Nos casos estabelecidos no caput, o valor das refeições será de:

I. R\$ 6,60 (seis reais e sessenta centavos) por refeição almoço;

II. R\$ 2,40 (dois reais e quarenta centavos) por refeição café da manhã.

§ 2º - A Secretária de Desenvolvimento Social e a Prefeitura parceira repassarão, diretamente à organização social, recursos correspondentes aos custos da locação, na proporção de 50% para cada ente público."

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO

PROCESSO: SEDS-PRC-2021-01098-DM
PARTÍCIPES: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MONTE ALTO

OBJETO: aquisição de equipamentos
VALOR: O valor total da presente parceria é de R\$ 150.392,63 sendo de responsabilidade do Estado R\$ 150.000,00 e R\$ 392,63 como contrapartida da OSC.

PRAZO: 12 meses, contados a partir da data de sua assinatura.

GESTOR: Delvita Pereira Alves
PARECER REFERENCIAL: C/SEDS nº 09/2021

ASSINATURA: 19/04/2022
PROCESSO: SEDS-PRC-2022-00014-DM

PARTÍCIPES: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E LAR DOS VELHINHOS SÃO VICENTE DE PAULO

OBJETO: aquisição de equipamentos
VALOR: O valor total da presente parceria é de R\$ 49.523,00 de responsabilidade do Estado.

PRAZO: 12 meses, contados a partir da data de sua assinatura.

GESTOR: Marcia Fernanda Infante
PARECER REFERENCIAL: C/SEDS nº 09/2021

ASSINATURA: 19/04/2022
PROCESSO: SEDS-PRC-2021-00649-DM

PARTÍCIPES: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CASA MARIA DE NAZARE

OBJETO: aquisição de equipamentos e mobiliários
VALOR: O valor total da presente parceria é de R\$ 251.121,00, sendo de responsabilidade do Estado R\$ 250.000,00 e R\$ 1.121,00 como contrapartida da OSC.

PRAZO: 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

GESTOR: Valter José Baroni Gonçalves
PARECER REFERENCIAL: C/SEDS nº 09/2021

ASSINATURA: 19/04/2022

CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

DELIBERAÇÃO Nº 01, DE 6 DE ABRIL DE 2022

Dispõe sobre atualização do Regimento Interno do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONDECA/SP.

O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente CONDECA/SP, criado pela Lei estadual nº 8.074, de 21 de outubro de 1992, e regulamentado pelo Decreto estadual nº 39.059, de 16 de agosto de 1994, e Decreto estadual nº 63.611, de 31 de julho 2018, em atendimento às disposições dos artigos 87 e 88 da Lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, em Reunião Extraordinária de 6 de abril de 2022, DELIBERA:

Art.1º - Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONDECA/SP, conforme Anexo desta Deliberação.

Art. 2º - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

REGIMENTO INTERNO

(ATUALIZADO EM 06/04/2022)

I - Da Natureza e da Representação

Artigo 1º - O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo - CONDECA/SP, criado pela Lei Estadual nº 8.074, de 21 de outubro de 1992 e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 39.059, de 16 de agosto de 1994 e Decreto Estadual nº 63.611 de 31 de julho 2018, em atendimento às disposições dos artigos 87 e 88 da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, será regido pelas disposições do presente regimento.

Artigo 2º - O CONDECA/SP é órgão deliberativo e controlador da política estadual de atendimento integral aos direitos da Criança e do Adolescente do Estado de São Paulo, composto por 20 (vinte) conselheiros titulares e igual número de suplentes, sendo 10 (dez) membros representativos do Poder Público Estadual e 10 (dez) membros da Sociedade Civil, respeitada sempre a paridade.

II – Da Competência

Artigo 3º - Compete ao CONDECA/SP:
I. Apoiar os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA's;

II. Fomentar mecanismos de integração dos CMDCA's, e criar processos coletivos de avaliação de suas ações;

III. Formular diretrizes e editar deliberações visando uniformizar procedimentos dos CMDCA's;

IV. Formular e deliberar sobre a política estadual de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente;

V. Participar da definição de prioridades, tanto de ações como de investimento na elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual;

VI. Articular a atuação dos Órgãos Públicos e Sociedade Civil para a implementação e aprimoramento do Sistema de Proteção Especial à Criança e ao Adolescente;

VII. Propor ao Poder Executivo a priorização das políticas públicas de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VIII. Fornecer subsídios às Organizações da Sociedade Civil destinadas a assegurar direitos da Criança e do Adolescente;

IX. Acompanhar o reordenamento institucional, propondo, sempre que necessário, modificações nas estruturas governamentais e não governamentais de atendimento da Criança e do Adolescente;

X. Contribuir para o aprimoramento da política de atendimento dos direitos da Criança e do Adolescente e acompanhar o seu cumprimento;

XI. Convocar a assembleia de escolha dos representantes das Organizações da Sociedade Civil, quando ocorrer vacância nos lugares de conselheiros titulares esgotados o número de suplentes, ou ao final do mandato, dirigindo os trabalhos de escolha;

XII. Solicitar ao Governador a indicação de conselheiros titulares e suplentes, nos casos de vacância ou término de mandato dos representantes governamentais;

XIII. Avaliar e aprovar programas e projetos de âmbito estadual, regional e municipal a serem contemplados com recursos orçamentários e dos Fundos Nacional e Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XIV. Gerir o Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, com autonomia de sua destinação, respeitados os princípios administrativos constitucionais, e deliberar recursos para programas e projetos voltados à Criança e ao Adolescente de Organizações Governamentais e da Sociedade Civil;

XIV. Fixar por meio da Comissão Eleitoral formada exclusivamente para tal finalidade por Conselheiros da Sociedade Civil, os requisitos necessários às candidaturas, devendo o processo de escolha dos representantes da Sociedade Civil ser instaurado até 60 (sessenta) dias antes do término do mandato;

XV. Realizar campanhas, seminários, conferências, entre outros.

Artigo 4º - Ao CONDECA/SP, observado o contido nas diretrizes da política de atendimento fixadas nos artigos 87 e 88 da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, bem como as resoluções do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA; caberá:

I. Difundir o Estatuto da Criança e do Adolescente no âmbito Estadual;

II. Garantir a afixação nas instituições públicas, em local visível, da legislação relativa aos direitos da Criança e do Adolescente, com esclarecimentos e orientações sobre os serviços prestados;

III. Oferecer subsídios para a elaboração legislativa atinente aos interesses da Criança e do Adolescente;

IV. Manter banco de dados das Organizações da Sociedade Civil de atendimentos registradas nos Conselhos Municipais da Criança e do Adolescente;

V. Promover e estimular programas e projetos, de organismos competentes para a formação e a atualização de profissionais dedicados ao atendimento da Criança e do Adolescente, sugerindo critérios para elaboração e desenvolvimento de programas de capacitação de recursos humanos;

VI. Promover e incentivar estudos e pesquisas relativos à Criança e ao Adolescente, com a finalidade de fornecer subsídios para formulação e avaliação das políticas de atendimento;

VII. Manter intercâmbio com o Conselho Nacional, com os Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais, com os Conselhos Tutelares, bem como com organismos nacionais e internacionais destinados à defesa e à promoção dos direitos da Criança e do Adolescente;

VIII. Cooperar com o Estado e os Municípios no atendimento da Criança e do Adolescente, e apoiar iniciativas intermunicipais e regionais nesse sentido;

IX. Elaborar o plano anual de trabalho do Conselho;

X. Aprovar, acompanhar e editar Planos Estaduais que forem recomendados pela Política Nacional;

XI. Realizar Assembleia Geral anual, aberta à população, para prestação de contas e avaliação do trabalho desenvolvido.

III - Da Composição

Artigo 5º - O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente CONDECA/SP, órgão deliberativo e controlador das ações da política de atendimento dos direitos da Criança e do Adolescente, será composto por 20 (vinte) membros, sendo 10 (dez) representantes do Poder Público e 10 (dez) representantes da Sociedade Civil, bem como seus respectivos suplentes.

§ 1º. Os representantes do Poder Público serão escolhidos pelo Governador do Estado, por decreto, pertencentes aos seguintes órgãos:

1. Secretaria de Desenvolvimento Social;
2. Secretaria da Justiça e Cidadania - renomeada pelo Decreto Estadual nº 64.059 de 01 de Janeiro de 2019;
3. Secretaria da Segurança Pública;
4. Secretaria da Educação;
5. Secretaria da Saúde;
6. Secretaria da Cultura e Economia Criativa – renomeada pelo Decreto Estadual nº 64.059 de 01 de Janeiro de 2019;
7. Secretaria do Desenvolvimento Econômico - renomeada pelo Decreto Estadual nº 64.059 de 01 de Janeiro de 2019;
8. Secretaria de Esporte - renomeada pelo Decreto Estadual nº 64.059 de 01 de Janeiro de 2019);
9. Defensoria Pública, e;
10. Assembleia Legislativa.

§ 2º. O representante da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – ALESP – será indicado ao Governador do Estado por meio de Ato da Presidência da ALESP.

§ 3º. Os representantes da Sociedade Civil serão eleitos em Assembleia Geral, especialmente convocada por edital publicado no órgão oficial e em outro jornal de grande circulação, dentre pessoas indicadas pelas Organizações da Sociedade Civil, atendendo ao disposto no Capítulo II, do Título I, Parte Especial da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e pelos movimentos comprometidos com os direitos da Criança e do Adolescente.

§ 4º. A função de membro do Conselho será considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

§ 5º. Os Conselheiros Estaduais serão empossados, respeitando a legislação vigente, para o cumprimento de mandato de 02 (dois) anos, sendo permitida uma única recondução.

IV - Das Eleições

Artigo 6º - A escolha dos representantes da Sociedade Civil com assento no CONDECA/SP será regida por deliberação específica e edital elaborados pela Comissão Eleitoral.

Artigo 7º - A comissão eleitoral será composta por quatro membros do Conselho, respeitada a paridade, eleitos pelo Plenário, em caráter temporário, na sede do Conselho Estadual.

§ 1º. O processo de eleição a que se refere este artigo deverá iniciar-se sessenta (60) dias antes do pleito.

§ 2º. Não poderá compor a Comissão Eleitoral, membro do Conselho, titular ou suplente, que deseje concorrer à reeleição.

§ 3º. Por ocasião do previsto no parágrafo anterior, excepcionalmente, com anuência do Plenário, mediante quórum qualificado de 13 (treze) membros, a Comissão Eleitoral poderá ser composta integralmente por membros do Poder Público.

§ 4º. Por ocasião do previsto nos parágrafos 2º e/ou 3º, excepcionalmente, o Plenário deverá designar 02 (dois) Representantes da Sociedade Civil Organizada e 02 Representantes do Poder Público para compor a Comissão Eleitoral.

§ 5º. Havendo empate na deliberação de assuntos discutidos na comissão eleitoral, este será levado à Mesa Diretora, para desempate.

Artigo 8º - Compete a Comissão Eleitoral:

- I. Elaborar e expedir edital de eleição;
- II. Dar ampla ciência do processo eleitoral;
- III. Proceder ao registro de candidaturas na forma do edital;
- IV. Agendar data, local e horário para a Assembleia de Votação;

V. Assegurar o sigilo do voto previsto neste regimento;

VI. Zelar pela transparência e legalidade no dia da votação e na apuração dos votos;

VII. Decidir questões controversas, denúncias e reclamações relativas ao pleito, por maioria simples;

VIII. Proceder à apuração dos votos;

IX. Publicar o resultado da votação.

Artigo 9º - Os representantes da Sociedade Civil serão eleitos, por voto direto e secreto, em Assembleia Geral especialmente convocada por Edital publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo e/ou jornal de grande circulação.

§ 1º. Os representantes de que trata o caput deste artigo serão escolhidos dentre pessoas idôneas indicadas por movimentos sociais comprometidos com a defesa da infância e da adolescência e por Organizações da Sociedade Civil que prestam

serviço de atendimento, com a defesa e proteção à Criança e ao Adolescente, que obedeçam ao previsto nos artigos 90 a 97 da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 2º. A Comissão Eleitoral comunicará ao Ministério Público do Estado de São Paulo a abertura do processo eleitoral, para fins de fiscalização.

Artigo 10 - Poderão credenciar-se como Eleitores, representantes maiores de dezesseis anos, indicados por Organizações Sociais, de atendimento a defesa e proteção à Criança e ao Adolescente e movimentos sociais comprometidos com a causa da infância e da adolescência, devidamente registradas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), e ainda, mediante apresentação e fornecimento de cópias dos documentos, constantes no Anexo I.

Artigo 11 - Poderão credenciar-se como Candidatos e/ou Candidatos-Eleitores somente representantes maiores de dezoito anos, indicados por Organizações da Sociedade Civil de atendimento, defesa e proteção à Criança e ao Adolescente ou movimentos sociais comprometidos com a defesa da infância e adolescência, devidamente registradas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), e ainda, mediante apresentação e fornecimento de cópias dos seguintes documentos, constantes no Anexo II.

Artigo 12 - A Comissão Eleitoral publicará no Diário Oficial do Estado de São Paulo, no site e afixará na sede do CONDECA/SP, a relação de eleitores, candidatos e/ou candidatos-eleitores habilitados para participação no processo eleitoral.

§ 1º. Da decisão de deferimento ou indeferimento caberá recurso ao CONDECA/SP, a ser protocolado em sua sede, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, inclusive, a contar da publicação, desde que o necessário comprovante de recebimento esteja dentro do prazo estabelecido.

§ 2º. Os recursos serão julgados pela Comissão Eleitoral no prazo de 07 (sete) dias, inclusive, publicando-se o resultado mediante afixação na sede e site do CONDECA/SP.

§ 3º. A lista final de eleitores, candidatos e/ou candidatos-eleitores credenciados será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, no site, e também, afixada na sede do CONDECA/SP.

§ 4º. A relação dos membros da Sociedade Civil eleitos será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

Artigo 13 – Somente será permitida uma indicação de eleitor, candidato ou candidato-eleitor por Organização, observado para este efeito o registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ – mesmo para aquelas que têm representação em mais de um município.

Artigo 14 – Não poderão candidatar-se representantes titulares que já tenham sido reconduzidos sequencialmente ao mandato de Conselheiro Estadual.

Artigo 15 – Os eleitores, candidatos e/ou candidatos-eleitores habilitados pela Comissão Eleitoral poderão exercer o direito de voto direto e secreto.

Artigo 16 – A Mesa Diretora da Comissão Eleitoral dará início aos trabalhos, dirimirá as dúvidas que surgirem, conduzirá a eleição e fará o encerramento da mesma, com a homologação dos resultados finais, leitura e aprovação da Ata pela maioria dos presentes.

Artigo 17 – Fica expressamente proibido, na data da eleição, o uso de alto-falantes e amplificadores de som, bem como a prática de alciamento, coação ou manifestação tendente a influir na vontade do eleitor, sob pena de exclusão do candidato, após devida apuração.

V - Da Administração e Organização

Artigo 18 – O CONDECA/SP é órgão vinculado ao Governo do Estado de São Paulo, conforme legislação vigente, sem subordinação e assim desempenhará suas funções priorizando, formulando e controlando as ações da política pública estadual dos direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo Único – O CONDECA/SP contará com uma Secretaria Executiva, uma Seção de Finanças e uma de Apoio Administrativo, nos termos do artigo 7º, do Decreto Estadual nº 39.059, de 16 de agosto de 1994.

VI - Da Mesa Diretora

Artigo 19 – A representação e coordenação das atividades do CONDECA/SP serão exercidas por uma diretoria eleita por seus pares, respeitada a paridade, com alternância de representação na gestão, entre a Sociedade Civil e Poder Público, em sessão extraordinária convocada especificamente para esta finalidade que deverá ser realizada em até 10 (dez) dias após a posse dos Conselheiros e Conselheiras, composta por:

- I. 01 (um) presidente;
- II. 01 (um) vice-presidente;
- III. 01 (um) primeiro secretário;
- IV. 01 (um) segundo secretário;
- V. 01 (um) tesoureiro; e,
- VI. 01 (um) segundo tesoureiro.

§ 1º. A sessão extraordinária referida no "caput" será convocada, pela Secretaria Executiva do CONDECA/SP por meio de ofício, instalada com a presença mínima de 11 (onze) Conselheiros e/ou Conselheiras e presidida por um ou mais componentes da Mesa Diretora que estiverem terminando o mandato.

§ 2º. As eleições serão por meio de votação aberta, entre os Conselheiros Titulares presentes, e na ausência do Titular, o Conselheiro Suplente subsequente, com valor igual para todos, sendo que os candidatos a Presidente, Vice-Presidente, 1º. Secretário e 2º. Secretário, 1º. Tesoureiro e 2º. Tesoureiro, serão eleitos por maioria simples.

§ 3º. O Presidente e o Vice-Presidente, escolhidos por seus pares e designados/empossados pelo Poder Executivo Estadual, cumprirão mandato de 01 (um) ano havendo alternância entre a Sociedade Civil e o Poder Público no mesmo mandato.

§ 4º. No caso de vacância de qualquer das funções referidas no "caput", proceder-se-á a nova eleição para preencher a função vaga, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Artigo 20 - Compete a Presidência do CONDECA/SP:

I. Convocar e presidir as reuniões/assembleias, podendo limitar a duração das intervenções e dos debates;

II. Chamar à ordem todo aquele que se comporte de forma inadequada, descortês, inconveniente, desrespeitosa, indecorosa ou qualquer forma imprópria durante as sessões, que extrapole o tempo previamente estipulado para debate ou aborde assunto alheio ao objeto de deliberação do Conselho;

III. Dispor sobre a suspensão da sessão quando houver motivo relevante e justificado, fixando a data e a hora que deva ser reiniciada;

IV. Presidir a apuração de votos dos Conselheiros nas sessões;

V. Representar o Conselho em juízo ou fora dele, podendo constituir procurador com poderes específicos;

VI. Encaminhar propostas à apreciação e votação;

VII. Baixar os atos necessários ao exercício das tarefas administrativas, assim como as que resultarem de deliberação do Conselho;

VIII. Assinar atas e deliberações do Conselho;

IX. Divulgar assuntos deliberados pelo Conselho;

X. Tomar decisões de caráter urgente, após consulta aos membros da Mesa Diretora, "ad referendum" imediato do Conselho;

XI. Solicitar por meio de ofício ao(à) Secretário(a) de Desenvolvimento Social, a substituição de conselheiros quando necessário;

XII. Exercer o voto de desempate;

XIII. Assinar a correspondência oficial;

XIV. Zelar pelas prerrogativas do Conselho;

XV. Decidir as questões de ordem ou submetê-las ao Plenário, quando julgar necessário;

XVI. Realizar prestações de contas de sua gestão.

§ 1º. Em relação aos Sistemas de Administração Financeira e Orçamentária:

a) Autorizar despesas dentro dos limites impostos pelas dotações liberadas, bem como firmar contratos;

b) Autorizar pagamentos de conformidade com a programação financeira;

c) Autorizar adiantamentos e aprovar a respectiva prestação de contas;

d) Submeter a proposta orçamentária à aprovação do dirigente da unidade orçamentária;

e) Autorizar a liberação, restituição ou substituição de caução em geral e de fiança, quando dadas em garantia de execução de contrato;

f) Assinar cheques, ordens de pagamento e de transferência de fundos e outros tipos de documentos adotados para a realização de pagamentos, em conjunto com o Chefe da Seção de Finanças.

§ 2º. Em relação à administração de material e patrimônio: a) Exercer as competências previstas nos artigos 1º. e 2º. do Decreto Estadual nº 31.138, de 09 de janeiro de 1990, em relação a licitações nas modalidades convite e de tomada de preços, pregão eletrônico e pregão presencial;

b) Assinar convites e editais de concorrência e de tomada de preços;

c) Autorizar, mediante ato específico, autoridades subordinadas a requisitarem transporte de material por conta do Estado.

§ 3º. Em relação aos funcionários que integram o quadro administrativo do CONDECA/SP, se houver possibilidade de indicação da Mesa Diretora, que seja "ad referendum" da plenária.

Artigo 21 - Compete à Vice-Presidência:

I. Substituir o Presidente em suas ausências e/ou impedimentos temporários e, no caso de vacância, até a eleição do novo titular da função;

II. Coordenar o cadastro do CONDECA/SP das Organizações da Sociedade Civil com registro nos CMDCA's;

III. Coordenar os trabalhos das Comissões Permanentes do CONDECA/SP;

IV. Prestar de modo geral a sua colaboração à Presidência.

Artigo 22 - Compete a Primeira Secretária:

I. Secretariar as reuniões do CONDECA/SP e redigir as atas;

II. Assinar juntamente com a Presidência as atas de reunião;

III. Receber todo o expediente e dar-lhe regular andamento;

IV. Planejar as reuniões de acordo com as prioridades estabelecidas no plano de trabalho do CONDECA/SP;

V. Publicar os editais de convocação para as sessões do Conselho;

VI. Publicar todas as notícias das atividades do Conselho;

VII. Zelar, abrir, rubricar e encerrar os livros da Secretaria;

VIII. Providenciar a organização e revisão anual do cadastro geral das Organizações da Sociedade Civil componentes do Conselho;

IX. Assinar a correspondência relativa ao expediente administrativo do Conselho.

Parágrafo Único - No desempenho de suas funções, o Secretário contará com uma Secretaria Executiva, nos termos do artigo 7º, inciso II e artigo 9º, ambos do Decreto Estadual nº 39.059 de 16 de agosto de 1994.

Artigo 23 - Compete à Segunda Secretária substituir a Primeira Secretária em todas as suas ausências e/ou impedimentos temporários e, no caso de vacância, até a eleição do novo titular da função.

Artigo 24 - Compete à Primeira Tesouraria:

I. Elaborar o planejamento orçamentário visando o desempenho do CONDECA/SP no uso de suas atribuições;

II. Acompanhar os recursos aportados para o CONDECA/SP no Orçamento Estadual, definindo a utilização dos mesmos, "ad referendum" da Plenária;

III. Apresentar, trimestralmente, planilhas de gastos dos recursos aportados pela Administração Pública à plenária do CONDECA/SP;

IV. Acompanhar os recursos do Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, apresentando bimestralmente planilhas dos recursos aportados e empenhados em projetos de interesse social voltados para segmento foco do CONDECA/SP;

V. Acompanhar a prestação de contas das Organizações Governamentais e da Sociedade Civil cujos projetos foram aprovados pelo CONDECA/SP e, se necessário, notificá-las quando da inadimplência;

VI. Apresentar relatório da prestação de contas das Organizações Governamentais e da Sociedade

Artigo 30 - As sessões solenes são aquelas convocadas pelo Presidente do Conselho mediante requerimento subscrito por 1/3 (um terço) dos conselheiros para a realização de comemorações ou homenagens especiais.

Artigo 31 - As deliberações do CONDECA/SP serão tomadas por meio de voto aberto, por decisão da maioria simples dos votantes, salvo em caso de quórum qualificado previsto neste Regimento, sendo que o Presidente só votará em caso de empate.

VIII – Das Atas das Sessões

Artigo 32 – Da ata das sessões constará:

I. O dia, a hora e o local de sua realização e quem presidiu;

II. Os nomes dos Conselheiros presentes, dos ausentes, consignando, a respeito destes, o fato de haverem ou não justificado seu não comparecimento e os respectivos motivos;

III. A presença de autoridades e representantes da Sociedade Civil;

IV. O resultado da votação com a indicação do número de votos favoráveis e contrários ao do relator, acompanhado da transcrição do voto do relator;

V. A transcrição do sentido dos votos ou opiniões dos Conselheiros manifestados durante as sessões do Plenário, juntando, se o Conselheiro entender conveniente, seu voto escrito.

Parágrafo Único. A ata será preparada e submetida aos Conselheiros para suas considerações, via e-mail, e manifestação em até 48 (quarenta e oito) horas. Não havendo objeções no prazo estipulado a mesma será considerada aprovada, e consequentemente, publicizada.

IX - Das Comissões de Trabalho

Artigo 33 - O CONDECA/SP é constituído por 05 (cinco) Comissões de Trabalho Permanentes, e outras denominadas Especiais e Temporárias, que subsidiarão o Conselho, formulando estudos e propostas, além de encaminhar as ações decorrentes de seus atos.

Parágrafo Único - O CONDECA/SP, mediante aprovação por maioria de votos, poderá criar tantas Comissões Especiais e Temporárias de Trabalho que forem necessárias para o bom desempenho de suas atribuições.

Artigo 34 – As Comissões de Trabalho Permanentes ou Especiais e Temporárias, serão compostas por seus membros, para:

I. Estudos, pesquisas, propostas e pareceres, dentro de sua competência, que serão submetidos à apreciação do Plenário;

II. Monitorar os programas, projetos e ações do Conselho, ressalvadas as competências, previstas na legislação e neste regimento, do Conselho e da Presidência.

Parágrafo Único – Para as Comissões de Trabalho instituídas de forma temporária, o CONDECA/SP deverá fixar prazos de funcionamento, atribuições, resultados a serem alcançados, bem como designar nominalmente os componentes e suas respectivas funções.

Artigo 35 – As Comissões de Trabalho Permanentes são órgãos de natureza técnica e de caráter ininterrupto, nas áreas de:

I. Finanças e Orçamento;

II. Ética;

III. Legislação, Políticas Públicas, Conselhos Tutelares e Planejamento;

IV. Análise, Monitoramento e Avaliação de Parcerias;

V. Relações Públicas, Comunicação, Cursos e Capacitações.

Artigo 36 – Compete a Comissão de Trabalho Permanente de Finanças e Orçamento – CFO:

a) Participar da elaboração da proposta orçamentária, trazendo para o CONDECA/SP as informações para discussão, inclusive às relacionadas na destinação à execução das políticas públicas voltadas à Criança e ao Adolescente, com aprovação do Conselho;

b) Fiscalizar e controlar o cumprimento das prioridades estabelecidas na formulação das políticas deliberadas pelo CONDECA/SP, o emprego e utilização dos recursos destinados a esse Fundo;

c) Acompanhar e fiscalizar continuamente o Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - FEDCA, verificando o percentual de utilização de seus recursos, aprovado pelo Conselho, alocando-os nas respectivas áreas, de acordo com as prioridades definidas no planejamento anual ou de gestão.

§ 1º. Esta Comissão solicitará e trará informações para o Plenário do Conselho.

§ 2º. A Primeira Tesouraria, será um dos integrantes desta Comissão de Trabalho Permanente de Finanças e Orçamento.

Artigo 37 – Compete a Comissão de Trabalho Permanente de Ética - CE:

a) Instaurar processo administrativo disciplinar para apurar eventual falta cometida pelo Conselheiro Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente no desempenho de suas funções, podendo afastar o acusado, preventivamente, pelo período máximo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período, "ad referendum" da reunião Plenária do CONDECA/SP;

b) Emitir parecer conclusivo nos processos administrativos instaurados e notificar o Conselheiro de Direitos indiciado de suas conclusões e penalidades;

c) Remeter as decisões fundamentadas ao Conselho pleno para que haja determinação do cumprimento das penalidades;

d) Solicitar, após decisão da Plenária, à Mesa Diretora encaminhamento ao Ministério Público para conhecimento e providências;

e) Solicitar, motivadamente, o pedido de prorrogação de prazo e encaminhá-lo à Presidência para deliberações.

§ 1º. Considerando que a competência da Comissão de Ética está relacionada ao procedimento administrativo, em havendo indícios de crime e/ou infração, independentemente da finalização do procedimento, a Comissão poderá requerer a Plenária o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público ou autoridade policial.

§ 2º. O processo disciplinar terá prazo de 90 (noventa) dias para a conclusão, prorrogável por igual período, que decidirá sempre motivadamente pelo arquivamento ou pela aplicação das penalidades previstas neste regimento.

§ 3º. Das decisões da Comissão caberá recurso ao CONDECA/SP no prazo de 10 (dez) dias contados da intimação da decisão.

§ 4º. O CONDECA/SP analisará o recurso e proferirá decisão fundamentada, no prazo de 10 (dez) dias, sem prejuízo de outras medidas legais cabíveis ao caso.

§ 5º. Serão considerados também, os pontos constantes no Anexo da Resolução nº. 106, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, de 17 de novembro de 2005.

§ 6º. Não obstante ao fato desta comissão ser de natureza técnica e de caráter ininterrupto, entretanto, a mesma somente funcionará de fato e em harmonia com as suas plenas atribuições, quando existir efetivamente a situação de fato, recepcionado pelo plenário do CONDECA/SP, e solicitado o seu encaminhamento a esta comissão.

§ 7º. Compete à Comissão de Ética, o correto trâmite de todo o processo de denúncia, desde o seu recebimento até a sua conclusão.

Artigo 38 - Compete a Comissão de Trabalho Permanente de Legislação, Políticas Públicas, Conselhos Tutelares e Planejamento – CLPPCTP:

a) Elaborar, propor e acompanhar projetos de leis, decretos, resoluções, normativas e outros atos referentes à promoção, proteção e defesa dos direitos da Criança e do Adolescente;

b) Propor ao Plenário, os Editais de Chamamento Público para propostas de projetos periódicos, a serem custeados ou receberem investimentos a partir de destinação dos recursos do Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, em consonância com a legislação vigente;

c) Estabelecer Políticas Públicas Estaduais que garantam a Proteção Integral das Crianças e dos Adolescentes, em consonância com o Planejamento Estratégico de Gestão do Conselho;

d) Propor e construir pesquisas, estudos, elaboração de diagnósticos, sistemas de informações, monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da Criança e do Adolescente;

e) Acompanhar e avaliar as ações governamentais e não governamentais no Estado de São Paulo, dirigidas ao atendimento dos direitos da Criança e do Adolescente;

f) Manifestar-se sobre a conveniência e oportunidade de implementação de programas e serviços, bem como sobre a criação de programas governamentais;

g) Coordenar e propor as questões relacionadas ao Planejamento Estratégico de Gestão que deverá ser aprovado pelo Conselho no início de sua Gestão e publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

h) As questões relacionadas à Legislação e de pertinência ao CONDECA/SP, não sendo pauta de estudo de outras Comissões, serão encaminhadas pelo Plenário ou Mesa Diretora, analisadas com emissão de parecer a ser aprovado e encaminhado pelo Conselho.

i) Estimular, realizar as iniciativas de promoção pela Sociedade Civil Organizada e promover ou propor a promoção ao CONDECA/SP, dos Direitos da Criança e do Adolescente em complemento e sem substituir o dever do Estado;

j) O acompanhamento, apoio, suporte, orientação, assessoria, consultoria e outras questões relativas ou referentes aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, nos Municípios paulistas;

k) Manter cadastro permanente, contínuo e atualizado dos Conselhos Municipais de Direitos paulistas e Conselhos Tutelares, suas composições, sedes e outros dados pertinentes;

l) Receber da Mesa Diretora, analisar e encaminhar denúncias ou propostas, após a aprovação do Conselho, referente à defesa dos direitos e promoção das Crianças e Adolescentes;

m) Levar ao conhecimento dos órgãos competentes, mediante representação aprovada pelo Conselho, os crimes, as contravenções e as infrações que violem os direitos das Crianças e dos Adolescentes;

n) Análise e apresentação ao Plenário de documentos pertinentes à defesa dos direitos da Criança e do Adolescente;

o) Priorizar os assuntos relacionados ao Planejamento Estratégico de Gestão, inclusive as Medidas Sócio Educativas em meio aberto, Semi liberdade e Privação de liberdade, Enfrentamento e Erradicação do Trabalho Infantil, Prevenção e Enfrentamento à violência contra a Criança e ao Adolescente, dentre outros;

p) O acompanhamento, apoio, suporte, orientação, assessoria, consultoria e outras questões relativas ou referentes aos Conselhos Tutelares dos Direitos da Criança e do Adolescente, nos Municípios paulistas, incluindo o desenvolvimento do SIPIA.

q) Estudar e propor diretrizes de política e programas de prevenção e enfrentamento a toda e qualquer forma de violência contra Crianças e Adolescentes, em especial referente a abusos, exploração e a violência letal por homicídios;

r) Criar e propor sistemas de acompanhamento da execução das políticas e programas correspondentes;

s) Estabelecer procedimentos e critérios de prioridade no encaminhamento de denúncias;

t) Propor, com base em um processo de consulta aos órgãos governamentais, Organizações da Sociedade Civil e organismos internacionais vinculados à área da infância e da adolescência, um conjunto de normas e diretrizes, mecanismos de acompanhamento e monitoramento da execução das políticas e programas afins e um roteiro de encaminhamento das denúncias recebidas ou levantadas.

u) A Comissão, quando solicitada, poderá dar apoio às outras comissões.

Parágrafo Único – A Comissão poderá propor ao Conselho a ampliação da Comissão para Análise, Monitoramento e Avaliação de Parcerias, sempre que necessário, e inclusive, solicitar pareceres técnicos de Secretarias afins, conforme previsto no Decreto Estadual nº 63.611 de 31 de julho de 2018.

Artigo 39 - Compete a Comissão de Trabalho Permanente de Análise, Monitoramento e Avaliação de Parcerias – CAMAP:

a) Analisar e emitir pareceres, na perspectiva da conveniência ou oportunidade de acordo com os Editais, Resoluções e Deliberações do CONDECA/SP, bem como pareceres conclusivos às propostas encaminhadas por Prefeituras Municipais, Órgãos Estaduais e Organizações da Sociedade Civil;

b) Analisar e emitir parecer sobre procedimentos de manifestação de interesse social, de iniciativa de Organizações da Sociedade Civil, movimentos sociais ou cidadãos, apresentados ao CONDECA/SP ou encaminhado por outros órgãos para manifestação do Conselho;

c) Analisar e emitir parecer, dos projetos encaminhados para utilização da verba do Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, de acordo com os Editais, Resoluções e Deliberações do Conselho;

d) Analisar, homologar e realizar todas as atribuições, observando os Editais, Resoluções e Deliberações do CONDECA/SP, no monitoramento e avaliação, as parcerias firmadas com Prefeituras Municipais, Órgãos Estaduais e Organizações da Sociedade Civil, com repasse de recursos do Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º. A Comissão poderá propor a Mesa Diretora a ampliação de sua composição, com membros convidados, sempre que necessário e inclusive, solicitar pareceres técnicos de Secretarias afins e/ou da Comissão Intersecretarial e/ou seus membros.

§ 2º. Igualmente e ao inverso, quando cumprindo o disposto na alínea "a" deste artigo, os conselheiros membros que se enquadrarem no disposto do § 2º, do artigo 27, não poderão atuar na Comissão de Trabalho em questão, de que trata o caput, aplicando-se no que couber o § 3º do mesmo artigo, tudo da Lei Federal nº 13.019, de 13 de julho de 2014 e alterações posteriores.

§ 3º. Os pareceres técnicos serão tratados em uma Comissão Intersecretarial, conforme Decreto Estadual nº 63.611 de 31 de julho de 2018, que funcionará junto a Secretaria de vinculação deste Conselho Estadual.

Artigo 40 – Compete a Comissão de Trabalho Permanente de Relações Públicas, Comunicação, Cursos e Capacitações - CRPCCC:

a) Divulgar o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei Federal nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, e o Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – FEDCA com referência ao Conselho e ao Fundo como fonte pública de financiamento no âmbito do Estado de São Paulo;

b) Desenvolver programas e projetos de comunicação, campanhas educativas, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da Criança e do Adolescente para informar e sensibilizar a comunidade, através dos diferentes órgãos governamentais e privados de comunicação e outros meios, sobre a situação social, econômica, política e cultural da Criança e do Adolescente na sociedade brasileira;

c) Propor capacitações, conferências, estudos, debates e campanhas em nível Estadual, visando à formação no que se referem aos temas voltados às questões referentes a Criança e ao Adolescente;

d) Promover a divulgação e conscientização dos direitos da Criança e do Adolescente, inclusive com a busca de parcerias e/ou a emissão com recursos do Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de edição atualizada do Estatuto da Criança e do Adolescente, atendendo ao inciso I do artigo 4º deste Regimento Interno.

e) Cuidar de todas as questões referentes a cerimonial nas atividades do CONDECA/SP, assim como aquelas inerentes a comunicação visual e registro por imagens e som das atividades realizadas ou com participação do Conselho de Direitos.

f) Desenvolver programas e projetos de comunicação, campanhas educativas, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da Criança e do Adolescente para informar e sensibilizar a comunidade, através dos diferentes órgãos governamentais e privados de comunicação, e outros meios, sobre a situação social, econômica, política e cultural da Criança e do Adolescente na sociedade brasileira;

g) Propor capacitações, conferências, estudos, debates e campanhas em nível Estadual, visando à formação no que se referem aos temas voltados às questões referentes a Criança e ao Adolescente;

h) Propor ao Conselho ações relativas ao apoio aos CMDCA's e Conselhos Tutelares, incluindo-se o desenvolvimento do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – SIPIA.

i) Construir e propor programas e projetos de capacitação e formação profissional continuada e promover ações de fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente e seus operadores, com ênfase na mobilização social e na articulação para a defesa dos direitos da Criança e do Adolescente;

j) Propor eventos, seminários, congressos e programas para discussão de temáticas voltadas às questões da Criança e do Adolescente e que sejam subsídios para reflexão do Conselho em suas deliberações.

Artigo 41 - As Comissões Especiais e Temporárias são de caráter provisório e serão criadas sempre que necessárias para tratar de assuntos específicos.

§ 1º. As Comissões Especiais e Temporárias terão suas atribuições deliberadas pelo CONDECA/SP.

§ 2º. Equipara-se as Comissões de Trabalho Especiais as representações do CONDECA/SP em outras comissões, conselhos e órgãos públicos externos.

Artigo 42 – As Comissões de Trabalho serão sempre compostas por, no mínimo, 04 (quatro) conselheiros, respeitando-se a paridade dentre os membros titulares e/ou suplentes do CONDECA/SP, sendo que as próprias comissões se encarregarão de eleger seus coordenadores.

§ 1º. Em caso de empate o voto de minerva será do coordenador da comissão.

§ 2º. As comissões de trabalho terão prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir do recebimento da demanda, para apresentação dos resultados ou conclusões dos trabalhos em reunião Ordinária do CONDECA/SP.

§ 3º. Os resultados ou conclusões das comissões após deliberação pelo plenário do CONDECA/SP serão tornados públicos através da publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

§ 4º. As Comissões de Trabalho Permanentes deverão apresentar anualmente o plano de trabalho, até o primeiro bimestre após a posse da nova gestão do Conselho, bem como, orçamento e avaliação de sua execução e a prestação de contas da Comissão.

§ 5º. Cada Conselheiro, titular ou suplente, deverá integrar, no mínimo uma Comissão de Trabalho Permanente e no máximo duas, podendo também integrar as Comissões Especiais e Temporárias.

§ 6º. As Comissões terão número de componentes que o plenário definir, devendo ser de no mínimo quatro membros, um dos quais escolhido Coordenador, entre e por seus membros, observando na composição a paridade entre membros da Bancada representativa da Sociedade Civil e representativa do Poder Público;

§ 7º. Conselheiros Titulares e suplentes poderão compor as comissões de trabalho permanentes, especiais e temporárias, inclusive ocupando sua coordenação, se eleito entre seus pares.

Artigo 43 – Cada Comissão de Trabalho Permanente ou Especial e Temporária comunicará à Mesa Diretora os assuntos e proposições firmados em seu âmbito, que providenciárá, se necessária, a devida inclusão da matéria na ordem do dia das reuniões do Plenário, para deliberação.

Artigo 44 - Da ata das reuniões constará:

I. O dia, a hora e o local de sua realização e quem presidiu;

II. Os nomes dos Conselheiros presentes, dos ausentes, consignando, a respeito destes, o fato de haverem ou não justificado seu não comparecimento e os respectivos motivos;

III. A presença de autoridades e representantes da Sociedade Civil;

IV. O resultado dos trabalhos realizados e propostas a serem apresentadas em sessão plenária.

Parágrafo Único. A ata será preparada e encaminhada à Mesa Diretora para as devidas providências.

X - Das atribuições dos Conselheiros

Artigo 45 - São deveres dos Conselheiros Estaduais:

I. Comparecer às reuniões, registrando sua presença;

II. Justificar previamente as ausências, mediante comunicação à Presidência do CONDECA/SP;

III. Debater e votar os assuntos tratados em plenário;

IV. Requerer inclusão na pauta de assunto que queira discutir e votar, "ad referendum" da Presidência do CONDECA/SP.

V. Participar em pelo menos uma comissão permanente.

VI. Participar das sessões plenárias para as quais forem regularmente convocados;

VII. Guardar sigilo das informações ou providências deliberadas pelo Conselho que tenham caráter sigiloso;

VIII. Acusar os impedimentos que lhe afetem, comunicando-os de imediato à Presidência;

IX. Despachar os expedientes que lhes forem distribuídos;

X. Preservar, em sua conduta, a honra, a nobreza e a dignidade do cargo que ocupam;

XI. Atuar com destemor, independência, honestidade, decoro, veracidade, lealdade, dignidade e boa-fé;

XII. Velar por sua reputação pessoal e profissional;

XIII. Empenhar-se, permanentemente, em seu aperfeiçoamento pessoal e profissional;

XIV. Contribuir para o aprimoramento das instituições;

XV. Zelar pela autonomia e independência do CONDECA/SP;

XVI. Defender o caráter público da Política de Atendimento, Defesa e Proteção da Criança e do Adolescente entendida como proteção integral, definida nos estatutos legais, a ser prestada tanto por órgãos governamentais quanto pelas Organizações da Sociedade Civil de assistência social, inclusive as que os conselheiros representam.

XVII. Conhecer o marco legal da Política, bem como garantir o debate em espaços públicos e nas Organizações Públicas e privadas que representam;

XVIII. Contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária da Política de Atendimento, Defesa e Proteção da Criança e do Adolescente nas decisões do CONDECA/SP, buscando metodologia, forma e linguagem adequadas;

XIX. Garantir a informação e divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos da política de Atendimento, Defesa e Proteção da Criança e do Adolescente bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão;

XX. Contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar o CONDECA/SP, tornando o acesso aos dados alcançável pela população brasileira;

XXI. Manter diálogo permanente com os Conselhos das demais Políticas Públicas e com os segmentos em todas as esferas de representação;

XXII. Representar o CONDECA/SP nas pautas de discussão da Política de Atendimento, Defesa e Proteção da Criança e do Adolescente em seu município e região do Estado;

XXIII. Manter relação com as esferas municipal, estadual, distrital e federal de pactuação do Atendimento, Defesa e Proteção da Criança e do Adolescente, conforme estabelecido com as demais políticas;

XXIV. Manter relação com os Fóruns da Sociedade Civil e instituições públicas no âmbito das esferas administrativas;

XXV. Zelar para a implantação efetiva do Sistema Descentralizado e Participativo da Política de Atendimento, Defesa e Proteção da Criança e do Adolescente;

XXVI. Contribuir para a manutenção do espaço do Conselho como esfera de debate, diálogo, etapa anterior ao momento da deliberação;

XXVII. Manter vigilância para que o CONDECA/SP cuide da aplicação dos direitos socioassistenciais, direcionando a discussão para o cumprimento da proteção social para as diversas esferas dos poderes públicos e Organizações de defesa de direitos;

XXVIII. Participar das atividades do CONDECA/SP, reuniões plenárias, grupos de trabalho e Comissões, desenvolvendo com responsabilidade e presteza todas as atribuições que lhes forem designadas;

XXIX. Representar o CONDECA/SP em eventos para os quais forem designados;

XXX. Agir com respeito e dignidade, observada as normas de conduta social e da Administração Pública;

XXXI. Representar contra qualquer ato, de Conselheiros e de servidores ou colaboradores, que estejam em desacordo com este Regimento Interno;

XXXII. Manter seus dados cadastrais atualizados junto ao CONDECA/SP;

XXXIII. Responder com presteza e de modo formal, de acordo com as normas do processo administrativo;

XXXIV. Exercer o controle social da Política de Atendimento, Defesa e Proteção da Criança e do Adolescente.

Artigo 46 - O exercício do direito de voto referido no inciso III do artigo anterior será reservado aos Conselheiros Estaduais titulares e, àqueles Conselheiros Estaduais suplentes investidos excepcionalmente em razão da ausência do titular.

Parágrafo Único - Na impossibilidade de comparecer às reuniões, o Conselheiro Estadual Titular, representante do Poder Público Estadual deverá comunicar tempestivamente à presidência do CONDECA/SP, informando o suplente para que este o represente.

Artigo 47 - A ausência do Conselheiro Estadual Titular representante de Organização da Sociedade Civil de atendimento, proteção e defesa ou movimento social de defesa dos direitos da Criança e do Adolescente, será suprida com a investidura na titularidade de Conselheiro Estadual Suplente, declarada pelo Presidente, observada a ordem de votação registrada na Assembleia Extraordinária de eleição prevista no artigo 9º. deste Regimento.

Artigo 48 - É facultada a participação de todos os Conselheiros Estaduais Suplentes em reuniões ordinárias, extraordinárias e eventos propiciados pelo CONDECA/SP ficando, a Secretaria Executiva, encarregada de convidá-los.

Artigo 49 - Se o Conselheiro Estadual Titular tiver 03 (três) faltas consecutivas e/ou 06 (seis) faltas alternadas, sem justificativa por escrito, em reuniões ordinárias, o suplente assumirá seu lugar automaticamente.

§ 1º. O Conselheiro Estadual Titular que tiver 03 (três) faltas consecutivas e/ou 06 (seis) faltas alternadas, sem justificativa por escrito, em reuniões ordinárias, será destituído do mandato.

§ 2º. Serão consideradas faltas justificadas as mesmas constantes da legislação trabalhista.

§ 3º. Tratando-se de Conselheiro representante Governamental, a Mesa Diretora deverá oficializar a Secretaria de origem para indicação de novo membro.

§ 4º. Tratando-se de Conselheiro representante da Sociedade Civil, a Mesa Diretora convocará o primeiro suplente para que se nomeie a titularidade.

Artigo 50 - No caso de afastamento temporário do Conselheiro Titular, este, deverá comunicar, previamente, ao CONDECA/SP, o período de seu afastamento, que não poderá ultrapassar 120 (cento e vinte) dias no período do mandato.

Parágrafo Único - Os casos especiais de faltas e afastamentos dos Conselheiros Estaduais serão apreciados pela Mesa Diretora.

Artigo 51 - Ao Conselheiro de Direito é vedado:

I. Utilizar influência indevida em seu benefício ou em benefício de outrem;

II. Vincular o seu nome a empreendimento de cunho manifestamente duvidoso;

III. Patrocinar interesses ligados a atividades estranhas às do Conselho;

IV. Emprestar seu cargo;

V. Fazer de sua conduta instrumento de domínio, pressão ou de menesproza a qualquer pessoa;

VI. Prejudicar deliberadamente a reputação de outros Conselheiros;

VII. Ser conivente com erro ou infração de outros Conselheiros;

VIII. Usar de artifícios para adiar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material;

IX. Pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro Conselheiro para o mesmo fim;

X. Prestar serviços de consultoria remunerada ou gratuita nos processos de inscrição de projetos e ou qualquer outro tipo de busca de financiamento junto ao Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – FEDCA –, concomitantemente com o exercício da função de Conselheiro;

XI. Alterar e/ou deturpar o teor de documentos bem como retardar as providências que devam ser tomadas;

XII. Fazer uso de informações privilegiadas em benefício próprio, de parentes, de amigos ou de terceiros;

XIII. Permitir ou concorrer para que interesses particulares prevaleçam sobre o interesse público.

Artigo 52 - O Conselheiro está impedido de exercer suas funções nos expedientes:

I. Em que for parte;

II. Em que interveio como mandatário da parte;

III. Quando for cônjuge, os ascendentes, os descendentes e os colaterais em segundo grau, por consanguinidade ou afinidade, de terceiro interessado na deliberação do Conselho.

XI - Das Penalidades

Artigo 53 - São penalidades disciplinares aplicáveis aos conselheiros do CONDECA/SP:

I. Advertência

Artigo 55 - A pena de advertência será aplicada por escrito nos casos de indisciplina ou falta de cumprimento dos deveres contidos no artigo 45 desse Regimento Interno.

Artigo 56 - A suspensão temporária será aplicada nos casos de falta grave cujas circunstâncias justifiquem a perda de mandato conforme veredações contidas no artigo 51 desse Regimento e no caso de reincidência de indisciplina ou falta de cumprimento dos deveres especificados do artigo 45 desse Regimento, sendo que o prazo da suspensão não excederá 60 (sessenta) dias.

Artigo 57 - Os Conselheiros somente perderão o mandato em virtude de:

- I. Renúncia;
- II. Condenação transitada em julgado;
- III. Abandono da função;
- IV. Violação de sigilo das informações de que tenham conhecimento em razão do desempenho da função, desde que o faça dolosamente e com prejuízo para o Estado ou para particulares.

Artigo 58 - Em todos os casos a Organização a que pertence o Conselheiro será comunicada por escrito.

XIII – Das Decisões

Artigo 59 - O CONDECA/SP é instância de controle tanto no que se relaciona a faltas quanto à conduta de seus Conselheiros, com atribuições de receber representações e denúncias e processá-las, assegurado o contraditório e a ampla defesa ao acusado, nos termos desse Regimento Interno.

Artigo 60 - Das decisões da Comissão caberá recurso ao CONDECA/SP no prazo de 10 (dez) dias contados da intimação da decisão.

Parágrafo Único - A plenária do Conselho analisará o recurso e proferirá decisão fundamentada, no prazo de 10 (dez) dias, sem prejuízo de outras medidas legais cabíveis ao caso.

XIII - Da publicidade

Artigo 61 - O CONDECA/SP prestará informações de suas atividades e das finanças do Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente por meio de audiências públicas e de publicações em jornais e outros meios de comunicação.

§ 1º. As audiências públicas serão realizadas anualmente. O dia, local e horário das mesmas serão divulgados no site do CONDECA/SP e ainda, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e/ou em pelo menos 01 (um) jornal de grande circulação no Estado, com no mínimo 20 (vinte) dias de antecedência.

§ 2º. O CONDECA/SP deverá publicar, anualmente, juntamente com a convocação da audiência pública mencionada no parágrafo anterior, um relatório de suas atividades, bem como o balancete da conta do Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Artigo 62 - O CONDECA/SP fará, a cada 02 (dois) anos, publicação contendo Deliberações, resultados das Conferências, encaminhamentos quanto a Avaliação e Monitoramento da Política Pública dos Direitos da Criança e Adolescente.

Artigo 63 - Visando fomentar a captação de recursos para o Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, o CONDECA/SP fará campanha permanente junto à mídia impressa, falada, televisiva e eletrônica.

XIV – Das Disposições Finais

Artigo 64 - Este Regimento Interno somente poderá ser modificado mediante formação de uma Comissão específica paritária composta por 08 (oito) Conselheiros, mais a Mesa Diretora e aprovada por, no mínimo, 13 (treze) votos, em reunião extraordinária convocada exclusivamente para tal finalidade.

Artigo 65 - Este Regimento Interno entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, sendo autorizada sua publicidade no site do CONDECA/SP.

São Paulo, 06 de Abril de 2022

ANEXO I – REGIMENTO INTERNO - CONDECA/SP
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO DE ELEITORES

- I - Organizações da Sociedade Civil:
 - a) Cópia do Estatuto da Organização da Sociedade Civil;
 - b) Cópia da Ata de eleição e posse da atual diretoria, devidamente registrada em cartório;
 - c) Comprovação de registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de sede da Organização;
 - d) Carta de Indicação assinada pelo representante legal da Organização que indique o eleitor;
 - e) Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
 - f) Comprovante de endereço no Estado de São Paulo.
- II - Movimentos Sociais:
 - a) Ata de fundação do movimento social;
 - b) Ata de eleição da atual diretoria do movimento social, registrada em cartório;
 - c) Ata da reunião do movimento social que indicou o representante;
 - d) Documento que comprove a designação do representante legal;
 - e) Relatório assinado pelo representante legal das atividades desenvolvidas no mínimo dos últimos 02 (dois) anos comprovando o comprometimento do movimento com a defesa dos direitos da criança e da adolescência;
 - f) Comprovação de atividade efetiva do movimento na área da infância e da adolescência, por meio de declaração emitida pelo CMDCA;
 - g) Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
 - h) Comprovante de endereço no Estado de São Paulo.

III - Do Eleitor

- a) Cédula de Identidade (RG);
- b) Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- c) Título de eleitor e comprovação de estar quite com a Justiça Eleitoral.

d) Comprovante de residência no Estado de São Paulo.

ANEXO II – REGIMENTO INTERNO – CONDECA/SP
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO DE CANDIDATOS E CANDIDATOS-ELEITORES

- I – Organizações da Sociedade Civil:
 - a) Estatuto Social constando da finalidade estatutária o atendimento, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente devidamente registrada em cartório;
 - b) Ata de eleição e posse da atual diretoria, devidamente registrada em cartório;
 - c) Comprovação de registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de sede da Organização, constando no mínimo 02 (dois) anos de funcionamento reconhecido por esse órgão, no Estado de São Paulo;
 - d) Ata da reunião da Organização que indicou o candidato ou candidato-eleitor;
 - e) Cadastro nacional de pessoas jurídicas (CNPJ);
 - f) Comprovante de endereço no Estado de São Paulo;
 - g) Declaração do CONDECA de que a Organização da Sociedade Civil não possui contas rejeitadas pelo Conselho de quaisquer termos de fomento ou parceria assinados com o mesmo.
- II - Movimentos Sociais
 - a) Ata de fundação do movimento social;
 - b) Ata de eleição da atual diretoria do movimento social, registrada em cartório;
 - c) Ata da reunião do movimento que indicou o candidato ou candidato-eleitor;
 - d) Documento que comprove a designação do representante legal;
 - e) Relatório assinado pelo representante legal das atividades desenvolvidas no mínimo dos dois anos últimos anos comprovando o comprometimento do movimento com a defesa da infância e da adolescência;
 - f) Comprovação de atividade efetiva do movimento na área da infância e da adolescência, por meio de declaração emitida pelo CMDCA;
 - g) Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
 - h) Comprovante de endereço no Estado de São Paulo;
 - i) Declaração do CONDECA de que o Movimento Social não possui contas rejeitadas pelo Conselho de quaisquer termos de fomento ou parceria assinados com o mesmo.

III - Do Candidato ou Candidato-eleitor

- a) Cédula de Identidade (RG);
- b) Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- c) Comprovante de endereço na mesma Região Administrativa do Estado de São Paulo onde a Organização está registrada;
- d) Título de eleitor e comprovação de estar quite com a justiça eleitoral;
- e) Atestado de antecedentes criminais e certidões negativas dos distribuidores cíveis e criminais federal e estadual;
- f) Comprovação de vínculo legal ou voluntário com a Organização ou movimentos sociais;
- g) Comprovação mínima de 2 (dois) anos, de atuação na área da criança e do adolescente, mediante apresentação de currículo documentado;
- h) Declaração de próprio punho que não esteja exercendo cargo de confiança e/ou função comissionada junto ao poder público estadual, e/ou Conselheiro Tutelar no exercício da função.

São Paulo, 14 de março de 2022

RECOMENDAÇÃO DE VACINAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES CONTRA A COVID-19

O CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONDECA-SP, órgão deliberativo e controlador das ações da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, previsto no art. 88, da Lei federal nº 8069/90 – ECA, criado pela Lei estadual no 8.074, de 21 de outubro de 1992, e regulamentado pelo Decreto estadual nº 39.059, de 16 de agosto de 1994, vem recomendar a implementação de medidas para garantia da vacinação contra a COVID-19 para crianças e adolescentes do Estado de São Paulo, nos termos que se seguem.

CONSIDERANDO que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida e à saúde, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, bem como lhes garantir o direito à vacinação de acordo com os art. 227, da Constituição Federal de 1988, art. 4º e art. 14, da Lei federal nº 8.069/90–ECA;

CONSIDERANDO que, conforme parecer técnico da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), mais importante instituição de ciência e tecnologia em saúde da América Latina, a vacinação para o grupo etário de 5 a 17 anos é de grande relevância em saúde pública pelas seguintes razões: atuar na mitigação de formas graves e óbitos pela COVID-19 na faixa etária; colaborar potencialmente na redução da transmissibilidade da doença; ser uma das mais importantes estratégias para o retorno e manutenção segura das atividades escolares presenciais;

CONSIDERANDO que, ainda conforme a Fiocruz, crianças e adolescentes infectados pela Covid-19, apesar de apresentarem na grande maioria dos casos formas leves e moderadas da doença, podem desenvolver manifestações clínicas exuberantes e graves, que podem levar ao óbito, como sabidamente é o caso da Síndrome Inflamatória Multissistêmica Pediátrica (SIM-P), complicação da infecção pelo SARS-CoV-2 em crianças, que gera inflamações em diferentes partes do corpo, incluindo coração, pulmões, rins, cérebro, pele, olhos ou órgãos gastrointestinais;

CONSIDERANDO que, de acordo com levantamento realizado pela Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) com dados até janeiro de 2022, 70% (setenta por cento) das crianças abaixo de 12 anos hospitalizadas com COVID-19 no país não tinham comorbidades;

CONSIDERANDO que os impactos da COVID-19 não se restringem ao aspecto físico de crianças e adolescentes, mas que os prejuízos a saúde mental desse público – prejudicando seu crescimento e desenvolvimento – também são amplamente reconhecidos nacional e internacionalmente;

CONSIDERANDO que as taxas de letalidade e de mortalidade associadas à COVID-19 em crianças e adolescentes no Brasil são muito maiores que as registradas em outros países;

CONSIDERANDO que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, desde 16/12/2021, autorizou a vacinação de crianças de 5 a 11 anos, atestando a efetividade e segurança dos imunizantes Cominarty (Pfizer) contra a Covid-19, anteriormente já aplicado em adolescentes e adultos, bem como aprovou em 20/01/2022 o uso pediátrico da CoronaVac (Instituto Butantã) para o público entre 6 e 17 anos;

CONSIDERANDO que sociedades médicas como a Sociedade Brasileira de Pediatria, a Sociedade Brasileira de Imunizações e a Sociedade Brasileira de Infectologia entendem que os benefícios da vacinação na população de crianças e adolescentes superam os eventuais riscos associados, no contexto atual da pandemia;

CONSIDERANDO a Recomendação de Vacinação para a Proteção Integral das Crianças e Adolescentes contra a Covid-19 expedida em 9 de março de 2022 pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, no exercício de suas atribuições, RESOLVE:

RECOMENDAR, a vacinação das crianças e adolescentes para as quais haja imunizante contra a Covid-19 devidamente aprovado pela ANVISA, Ministério da Saúde, reiterando assim a segurança e eficácia dessa medida.

RECOMENDAR a Secretaria Estadual da Saúde, a ampliação da divulgação de dados sobre a vacinação específica do público de crianças e adolescentes (5 a 17 anos), permitindo a constante análise de novas medidas que possam ser adotadas para ampliar o acesso à vacinação;

RECOMENDAR a Secretaria Estadual da Saúde e Secretaria de Comunicação, a ampliação das campanhas de esclarecimento e informação da população paulista sobre a importância e necessidade da vacinação de crianças e adolescentes contra o vírus causador da COVID-19, de forma a dirimir receios e preocupações de pais, mães e responsáveis acerca da imunização;

RECOMENDAR a Secretaria Estadual da Saúde que apresente e dê publicidade a informações acerca do planejamento prévio para distribuição e aplicação dos imunizantes com a máxima celeridade e eficiência, tão logo sejam aprovadas pela ANVISA vacinas contra a Covid-19 para crianças menores de 5 anos;

RECOMENDAR aos governos Estadual de São Paulo e dos municípios do Estado de São Paulo que proporcionem condições para que as unidades e os serviços socioassistenciais possam garantir a efetiva vacinação de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional e/ou familiar, bem como daquelas que sejam usuárias dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em ação intersetorial com a Saúde.

CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONDECA-SP

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONDECA – 16/03/2022

Aos dezesseis dias do mês de março de dois mil e vinte e dois, às dez horas, reuniu-se ordinariamente o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado de São Paulo – CONDECA/SP, na Rua Boa Vista, nº 170 – 2º andar – Bloco 5. Sob a presidência da Conselheira Simone Cristina de Melo Malandrino e Secretariada pelo Conselheiro Wellington Moura, secretário designado para este trabalho, observado o quórum qualificado regimental, nas formas presencial e híbrida conforme Convocação, foi dada abertura aos trabalhos do dia, conforme a seguinte pauta: Informes; apresentação das Ações das Secretarias Estaduais no âmbito das medidas socioeducativas; apresentação do site do CONDECA para aprovação da carta de anuência para a contratação de manutenção; e aprovação da Recomendação de vacinação de crianças e adolescentes contra a COVID-19.

A Presidente, Simone Malandrino, iniciou a reunião informando que a solicitação da apresentação da Secretaria da Saúde a respeito das crianças e adolescentes vacinados no Estado de São Paulo será realizada na reunião ordinária do mês de abril; que o calendário de datas afirmativas será pauta de comissão responsável pela comunicação institucional do Conselho, conforme as atribuições que serão definidas no novo Regimento Interno do CONDECA; também informou que está pré-agendada a Reunião Extraordinária no dia 30 de março de 2022 com a pauta única de apreciação e aprovação do novo Regimento Interno do Conselho. Por último foi realizada uma pequena apresentação sobre as diárias pagas aos Conselheiros da Sociedade Civil.

No segundo ponto de pauta abordado, foi realizada a apresentação das Secretarias de Estado com a apresentação da Drª Telma Djanira Maciel, conselheira pela Secretaria da Justiça e Cidadania. A apresentação foi seguida pela conselheira suplente Drª Milena Massuco Suegama, que apresentou as ações por parte da Secretaria da Segurança Pública. O terceiro a apresentar foi o conselheiro da Defensoria Pública, Dr. Daniel Paloti Secco seguidos pelos convidados Yuri Horalek e Domingues, Chefe de Gabinete da Fundação Casa e Juliana Oliveira dos Santos, técnica da equipe de Proteção Social Especial e atua com as Medidas Socioeducativas em Meio Aberto.

Após a rodada de fala e questionamentos entre os Conselheiros e os responsáveis pela apresentação, a Senhora Luana Paula de Sousa iniciou a apresentação do site do conselho www.condeca.sp.gov.br, mostrando aos Conselheiros as funcionalidades do sistema desenvolvido e as informações disponíveis aos conselheiros, população e entidades do terceiro setor. Dentro do site também está o Power Bi de acompanhamento dos projetos e processos aportados pelo Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente que foi apresentado pela conselheira Camila Alexandrino. Para finalizar este ponto de pauta, o Departamento de Normatização e Informática da Secretária de Desenvolvimento Social apresentou o comparativo entre as tecnologias dos sites do CONDECA e ao fim a plenária aprovou de forma unânime a carta de anuência para a contratação de manutenção do portal no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Como último ponto, foi lida a minuta da Recomendação de Vacinação de Crianças e Adolescentes Contra a Covid-19 e, após a discussão com a plenária, foi aprovada recomendação conforme o anexo desta Ata. Não havendo mais nada a tratar, eu, Wellington Moura, Secretário designado para este ato, redigi a presente ata. Todos os itens foram explanados e esclarecidos conforme constante nesta Ata que se encontra a disposição de qualquer pessoa interessada, na sede do Condeca, e será devidamente publicada no Diário Oficial do Estado. São Paulo, 16 de março de 2022.

CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONDECA-SP
ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONDECA – 06/04/2022

Aos seis dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, às dez horas, reuniu-se extraordinariamente o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado de São Paulo – CONDECA/SP, na Rua Boa Vista, nº 170 – 2º andar – Bloco V. Sob a presidência da Conselheira Simone Cristina de Melo Bompani Malandrino e Secretariada pela Conselheira Camila Alexandrino Rocha, secretária designada para este trabalho, observado o quórum qualificado regimental, nas formas presencial e híbrida conforme Convocação, foi dada abertura aos trabalhos do dia, sob pauta única, que trata da alteração do Regimento Interno deste Conselho. A presidente Simone iniciou a reunião agradecendo a presença de todos, e solicitou a apresentação dos presentes, bem como dos conselheiros que participam remotamente. Na sequência, a Presidente informou que o texto do Regimento a ser lido foi construído a partir de reuniões em conjunto entre os membros da Mesa Diretora e Comissão Especial Extraordinária constituído por representantes do Poder Público e Sociedade Civil. Nessa oportunidade, todos os conselheiros presentes terão a possibilidade de contribuírem com o texto final, bastando para tanto que façam o pedido de destaque no momento da leitura. Deu-se início, portanto, a leitura do documento. Terminada a leitura, foram feitas as menções aos destaques assinalados e após discutidos, concluídos seus textos. Finalizados todos os destaques propostos e concluída a leitura integral do documento, o texto do Regimento Interno do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONDECA/SP, foi colocado em votação. A presidente Simone solicitou, apenas, que a Secretaria Executiva do Conselho providencie a uniformização e padronização do texto, bem como eventuais correções gramaticais a serem feitas. Após essa observação, o texto final foi colocado em votação e a plenária aprovou-o por unanimidade. O novo regimento deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo. Não havendo mais nada a tratar, eu, Camila Alexandrino Rocha, Secretária designada para este ato, redigi a presente ata. Todos os itens foram explanados e esclarecidos conforme constante nesta Ata que se encontra a disposição de qualquer pessoa interessada, na sede do Condeca, e será devidamente publicada no Diário Oficial do Estado. São Paulo, 6 de abril de 2022.

COORDENADORIA DE AÇÃO SOCIAL

DIRETORIA REGIONAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE MARÍLIA

DIRETORIA REGIONAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE MARÍLIA

Extrato de Termo de Encerramento
Processo SEDS nº 2203 Ano: 2012 e nº 2051293/2019
Conveniente: Secretaria de Desenvolvimento Social
Conveniada: Prefeitura Municipal de Fernão
Município: Fernão/SP
Objeto: Recursos Financeiros para Construção do Centro de Convivência do Idoso

Assunto: Termo de Encerramento do convênio que está sendo encerrado devido ao cumprimento do objeto conveniado, atestado através do Parecer /GSES/CVO/206/2021. As partes concedem mutuamente plena, geral, restrita e irrevogável quitação de todas as obrigações diretas e indiretas decorrentes deste convênio, não restando mais nada a reclamar de parte a parte, ressalvando os eventuais compromissos e outras garantias assumidas pela conveniada durante a execução do objeto em epígrafe e em decorrência de suas cláusulas, que prevalecem.
Data da assinatura: 21/02/2022

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS E CONVÊNIOS

Processo: SEDS n.º 2643486/2019 (3 volumes)

Interessado: Instituto Akhanda
Assunto: Recursos Financeiros para Custeio, Objetivando a Implantação do Projeto “Idosos Conectados”
Apostilamento para Troca de Gestor da Parceria
O presente instrumento tem como objetivo alterar a Cláusula Terceira, §1.º, do Termo de Fomento celebrado em 07 de março 2018, entre esta Secretaria e a Organização em epígrafe, para que conste, a partir desta data, a seguinte redação:
Fica designada como gestora da parceria original Mauralis da Silva Selan – Diretora Técnica II – portadora do RG: 18.689.920-8 e CPF: 069.362.218-07
Data da assinatura: 14/04/2022.

Segurança Pública

GABINETE DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SSP – Nº 014, de 13 de abril de 2022

SSP-EXP-2021/05811

O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA, Considerando que o Conselho Nacional de Trânsito definiu “Área de Segurança” como sendo parte da via necessária à segurança das edificações públicas ou consideradas especiais, com extensão igual à testada do imóvel, conforme disposto no artigo 5º da Resolução CONTRAN nº 302/08;

Considerando as manifestações do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN e da Assessoria Técnico-Policial - ATP, desta Pasta, constantes do Processo SSP-EXP-2021/05811.

R E S O L V E

Artigo 1º - Fica delimitado como “Área de Segurança” o trecho de via pública descrito pelo Centro de Engenharia de Trânsito do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, Estrada de Taipas, 412, Jaraguá, São Paulo - SP, onde se encontram instaladas as dependências da Juízo da 403ª Zona Eleitoral de São Paulo - Jaraguá.

Parágrafo único – Em decorrência do disposto neste artigo, ficam proibidos o estacionamento e parada de qualquer veículo na área delimitada, nos termos do artigo 5º da Resolução CONTRAN nº 302/08.

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DESPACHOS DO SECRETÁRIO EXECUTIVO DA POLÍCIA MILITAR, DE 12-04-2022

NATUREZA: PROTOCOLO Nº 1930/2021

INTERESSADOS: MARCIO GABRIEL ALVES CAETANO, LUIZ FERNANDO FREDERICO CAETANO E MIGUEL CAETANO PALMA
ASSUNTO: INDENIZAÇÃO POR MORTE ACIDENTAL DO CB PM FERNANDO DE SOUZA CAETANO

À vista da instrução do presente processo e da manifestação exarada pela Consultoria Jurídica da Pasta por meio do Parecer CJ/SSP nº 151/2022, de fls. 82/98, AUTORIZO, com fulcro no artigo 2º, inciso III c.c. artigo 3º, da Lei Estadual nº 14.984, de 12 de abril de 2013 e artigo 6º, do Decreto nº 59.532, de 13 de setembro de 2013, o pagamento, de natureza indenizatória por morte do CB PM FERNANDO DE SOUZA CAETANO, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), assim especificados, a favor de MARCIO GABRIEL ALVES CAETANO a quantia de R\$ 66.666,66 (sessenta e seis mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos), a favor de LUIZ FERNANDO FREDERICO CAETANO a quantia de R\$ 66.666,66 (sessenta e seis mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos) e a favor de MIGUEL CAETANO PALMA a quantia de R\$ 66.666,66 (sessenta e seis mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos), condicionado o pagamento, no caso dos menores, à prévia apresentação de alvará judicial. Tal decisão fundamenta-se nos elementos probatórios acostados aos autos, especialmente nas conclusões alcançadas na Apuração Preliminar n. 508BPM-001/60/21, indicativos de que a morte ocorreu em razão da função.

NATUREZA: PROTOCOLO Nº 1949/2021

INTERESSADO: 1º SGT. PM WILLIAM RICARDO BRAZOLOTO
ASSUNTO: INDENIZAÇÃO POR ACIDENTE PESSOAL

À vista da instrução do presente processo e da manifestação exarada pela Consultoria Jurídica da Pasta por meio do Parecer CJ/SSP nº 334/2022, de fls. 373/376, AUTORIZO, com fundamento no inciso I, do artigo 2º c.c. artigo 3º, da Lei Estadual nº 14.984, de 12 de abril de 2013 e artigo 6º, do Decreto nº 59.532, de 13 de setembro de 2013, o pagamento, de natureza indenizatória por acidente pessoal ao 1º SGT. PM WILLIAM RICARDO BRAZOLOTO no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Tal decisão fundamenta-se nos elementos probatórios carreados aos autos indicativos de que o acidente ocorreu em serviço e resultou em invalidez permanente parcial.

NATUREZA: PROTOCOLO Nº 2240/2021

INTERESSADO: SD PM MARCOS LEANDRO ANTUNES
ASSUNTO: INDENIZAÇÃO POR ACIDENTE PESSOAL

À vista da instrução do presente processo e da manifestação exarada pela Consultoria Jurídica da Pasta por meio do Parecer CJ/SSP nº 132/2022, de fls. 91/95, AUTORIZO, com fundamento no inciso II, do artigo 2º c.c. artigo 3º, da Lei Estadual nº 14.984, de 12 de abril de 2013 e artigo 6º, do Decreto nº 59.532, de 13 de setembro de 2013, o pagamento, de natureza indenizatória por acidente pessoal ao SD PM MARCOS LEANDRO ANTUNES no valor de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais). Tal decisão fundamenta-se nos elementos probatórios carreados aos autos indicativos de que o acidente ocorreu em itinêre e resultou em invalidez permanente parcial.

NATUREZA: PROT. GS-CJ. Nº 2266/2021 – SSP-PRC-2022/00088

INTERESSADO: CLAUDINEI MOIO DA CUNHA
ASSUNTO: INDENIZAÇÃO POR MORTE

Nos termos da Lei n. 14.984, de 12 de abril de 2013, regulamentada pelo Decreto n. 59.532/13, o ato de concessão de indenização depende de prévia comprovação do evento e do seu respectivo nexo causal com a atividade policial.
À vista da instrução do presente processo e da manifestação exarada pela Consultoria Jurídica por meio do Parecer CJ/SSP nº 239/2022, fls. 195/203, visto que não restou demonstrado o nexo causal com a atividade policial, INDEFIRO o pagamento de indenização pela morte do CARCEREIRO POLICIAL, CLAUDINEI MOIO DA CUNHA. Tal decisão fundamenta-se nos elementos probatórios acostados aos autos, indicativos de que o evento não está amparado pela Lei Estadual nº 14.984/2013.

EXTRATOS DE CONVÊNIO

Convênio GSSP/ATP-128/22.
PMESP-EXP-2021/25872.

Partes Convenientes: O Estado de São Paulo, por sua Secretaria da Segurança Pública e o DETRAN, e o Município de Jaboticabal.
Objeto: Delegação de competências municipais de trânsito, nos termos do artigo 25 da Lei 9.503/97, “Código de Trânsito Brasileiro”.

Valor: Sem repasse de recursos.
Parecer Referencial CJ/SSP nº 2/2022.
Data da assinatura: 19/04/2022.
Vigência: 05 (cinco) anos.
Convênio GSSP/ATP-130/22.
PMESP-EXP-2021/20143.

Partes Convenientes: O Estado de São Paulo, por sua Secretaria da Segurança Pública, e o Município de Adamantina.
Objeto: Implantação do Programa de Atividade Delegada, com o emprego de policiais militares.
Valor: Sem repasse de recursos.
Parecer Referencial: CJ/SSP nº 3/2021.
Data da assinatura: 19/04/2022.
Vigência: 05 (cinco) anos.

EXTRATO DE CONVÊNIO
Convênio GSSP/ATP-127/22
Processo: SSP-EXP-2022/00474.

Partes Convenientes: O Estado de São Paulo, por sua Secretaria da Segurança Pública, e o Município de PARAGUAÇU PAULISTA.
Objeto: Desenvolvimento de ações conjuntas com o município voltadas à prevenção do crime e da violência, por meio da mútua cooperação técnica para a gestão, operacionalização e compartilhamento de imagens e sistemas de imagens, dados e sistema de dados de interesse da segurança pública – Detecta.
Valor: Sem repasse de recursos.
Parecer Referencial CJ/SSP nº 05/2021.
Vigência: 05 anos
Data da assinatura: 13.04.2022.